



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Casa Civil

LEI Nº 20.948, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do ramo alimentício informarem a substituição de queijo e/ou outros lácteos por produtos análogos, no âmbito do Estado de Goiás, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da [Constituição Estadual](#), decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os locais de atividade econômica do ramo alimentício obrigados a informar ao consumidor a utilização de produtos análogos ao queijo, requeijão e a outros lácteos no preparo dos respectivos alimentos.

- [Redação dada pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022.](#)

~~Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigação de os estabelecimentos comerciais do ramo alimentício informarem ao consumidor a utilização de produtos análogos ao queijo, ao requeijão e a outros lácteos no preparo dos respectivos alimentos.~~

~~§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se estabelecimentos comerciais do ramo alimentício bares, lanchonetes, restaurantes, pizzarias, sanduicherias, panificadoras, pit dogs, buffets, sorveterias, pubs, empórios e similares.~~

- [Revogado pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022](#), art. 2º, I.

§ 2º A informação se dará mediante a previsão, destacadamente, no cardápio e em toda e qualquer forma de publicidade, indicada pela expressão “Este produto não é queijo”.

§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º também aos casos em que o cardápio estiver disponível em meio eletrônico e em que a publicidade for veiculada também nesse meio.

§ 4º Os estabelecimentos previstos no *caput* devem:

I – disponibilizar ao consumidor, nos mesmos meios previstos no § 2º, todas as informações nutricionais e os ingredientes do produto substituto utilizado, de modo a deixar claro quando houver a adição de substâncias como gordura vegetal hidrogenada e amido modificado;

- [Redação dada pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022.](#)

~~I – disponibilizar ao consumidor, nos mesmos meios previstos nos §§ 1º e 2º, todas as informações nutricionais e os ingredientes do produto substituto utilizado, de modo a deixar claro quando houver a adição de substâncias como gordura vegetal hidrogenada, amido e amido modificado; e~~

II – prestar verbalmente as informações previstas no inciso I deste parágrafo ao consumidor, quando isso for solicitado por ele.

Art. 2º O descumprimento desta Lei sujeita os infratores às penalidades previstas nos arts. 56 e seguintes da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

- [Redação dada pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022.](#)

~~Art. 2º Os estabelecimentos infratores ficam sujeitos às seguintes penalidades administrativas:~~

~~I – advertência, na primeira ocorrência;~~

- [Revogado pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022](#), art. 2º, II.

~~II – multa no valor de até R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), no caso de reincidência;~~

- [Revogado pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022](#), art. 2º, II.

~~III – multa no valor de R\$ 1.500,01 (mil e quinhentos reais e um centavo) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a cada reincidência a partir da segunda; e~~

- [Revogado pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022](#), art. 2º, II.

~~IV – suspensão temporária da atividade, a partir da terceira reincidência.~~

- [Revogado pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022](#), art. 2º, II.

~~§ 1º A multa será aplicada ao estabelecimento e, solidariamente, aos respectivos titulares constantes do estatuto ou contrato social.~~

- [Revogado pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022](#), art. 2º, II.

~~§ 2º Considera-se reincidente aquele que cometer nova infração dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses do cometimento da anterior.~~

- [Revogado pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022](#), art. 2º, II.

§ 3º A penalidade de suspensão temporária da atividade, prevista no inciso IV do caput:

- Revogado pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022, art. 2º, II.

I — só pode ser decretada a partir da terceira reincidência;

- Revogado pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022, art. 2º, II.

II — o dever de afixação de placas ou avisos informativos, no estabelecimento, em local visível ao público, admitida a utilização de texto mais genérico em relação ao previsto no inciso I deste artigo;

- Revogado pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022, art. 2º, II.

III — pede ser cumulada com a sanção de multa prevista no inciso III do caput deste artigo;

IV — não pode ser levantada até o pagamento integral de todas as multas aplicadas; e

- Revogado pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022, art. 2º, II.

IV — tem duração de, no mínimo, 12 (doze) horas consecutivas, ainda que haja o prévio e integral pagamento de todas as multas aplicadas.

- Revogado pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022, art. 2º, II.

§ 4º A ausência de constituição societária formal não será óbice à responsabilização prevista nesta Lei, caso em que se aplicarão as normas previstas nos arts. 986 a 990 da Lei federal nº 10.406, de 11 de janeiro de 2002, Código Civil, e demais disposições legais pertinentes.

§ 5º As multas devem ser destinadas ao Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 12.207, de 20 de dezembro de 1993.

- Revogado pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022, art. 2º, II.

Art. 3º Sem prejuízo da eficácia imediata desta Lei a partir da data de sua entrada em vigor, regulamento poderá prever:

I — outras expressões similares às previstas no art. 1º, que também possam ser utilizadas pelos estabelecimentos;

- Redação dada pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022.

I — outras expressões similares às previstas no § 1º do art. 1º, que também possam ser utilizadas pelos estabelecimentos, inclusive na hipótese do § 2º do mesmo artigo;

II — o dever de afixação de placas ou avisos informativos, no estabelecimento, em local visível ao público, admitida a utilização de texto mais genérico em relação ao previsto no inciso I deste artigo;

- Redação dada pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022.

II — o dever adicional de afixação de placas ou avisos informativos em local visível ao público na sede do estabelecimento, admitida a utilização de texto de teor mais genérico em relação ao previsto no inciso I deste artigo;

III — a título meramente exemplificativo, outros:

a) estabelecimentos similares que possam ser considerados do ramo alimentício; e

- Revogado pela Lei nº 21.420, de 20-05-2022, art. 2º, III.

b) produtos além de gordura vegetal hidrogenada, amido e amido modificado como aqueles acrescentados ao produto final comercializado, a título exemplificativo;

IV — disciplinar critérios para a concessão de prêmios e incentivos aos estabelecimentos que cumprirem o disposto nesta Lei;

V — normas de processo e julgamento de infrações decorrentes desta Lei, aplicada até a respectiva edição da Lei nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001; e

VI — prever outras medidas para ampliar a efetividade desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação.

Goiânia, 30 de dezembro de 2020; 132º da República.

RONALDO CAIADO
Governador do Estado

TALLES BARRETO
Deputado Estadual

Autor	Deputado Talles Barreto
Nº do Projeto de Lei	2019003840
Órgãos Relacionados	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO Poder Legislativo Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP
Categoria	Direito do consumidor